



Conselho Nacional de Justiça

Gabinete do Conselheiro Jefferson Kravchychyn

CONSULTA N.º 0005741-65.2011.2.00.0000

RELATOR : CONSELHEIRO JEFFERSON KRAVCHYCHYN

CONSULENTE : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO SERGIPE

VOTO

EMENTA CONSULTA. TJSE. OBRIGATORIEDADE DO SISTEMA SINAPI. POSSIBILIDADE DE BUSCAR OUTRAS FONTES.

- Trata-se de Consulta formulada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe- TJSE, em que pretende sanar dúvida a respeito da possibilidade de adoção dos preços e serviços do ORSE- Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe pelo Tribunal.

- Há obrigatoriedade de se acompanhar os preços de materiais e insumos pesquisados e divulgados pelo SINAPI. Podem-se ainda buscar outras fontes para cotação de itens faltantes no sistema da Caixa Econômica Federal.

- Quanto aos encargos sociais deve-se adotar uma planilha para mensalistas composta pelos encargos sociais e faltas abonadas. E uma tabela de horistas excluindo-se os dias de ausência para se encontrar o custo da hora efetivamente trabalhada.

- Para obtenção do custo da hora efetivamente trabalhada deve-se adotar planilha de encargos sociais de horistas com exclusão das ausências e considerar a quantidade de horas trabalhadas. O presente trabalho indica a quantidade de 165 horas efetivamente trabalhadas no mês.

- Deve-se dar atenção especial à fixação de BDI máximo a ser praticado nas licitações de obras e serviços de engenharia.

- Ante o exposto, **respondo afirmativamente à consulta, nos termos acima expostos.**

Vistos.

Trata-se de Consulta formulada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe- TJSE, em que pretende sanar dúvida a respeito da possibilidade de adoção dos preços e serviços do ORSE– Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe pelo Tribunal.

O presente procedimento se originou de questionamento feito pelo Tribunal consulente nos autos do Acompanhamento de Cumprimento de Decisão nº 0003287-49.2010.2.00.0000 (INF125 – evento 468).

Em razão deste questionamento, o Conselheiro Ministro Cezar Peluso, através de despacho feito na referida CUMPRDEC (DESP247 – evento 764), determinou que fossem retiradas cópias do documento apresentado pelo TJSE e que ele fosse autuado como Consulta.

Aduz o consulente que o TJSE, antes da Resolução nº 114/2010 do CNJ, adotava o Sistema de Preços ORSE, utilizado para elaboração dos orçamentos de obras e reformas.

Informa que, com o advento da citada Resolução, passou a adotar os preços de insumos e serviços do SINAPI– Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil, mas verificou que o Sistema ORSE é mais completo que o Sistema SINAPI.

Alega que diversos serviços que não são encontrados no SINAPI estão sendo orçados usando composições do ORSE, com a substituição dos insumos encontrados no SINAPI, o que tem acarretado atraso na elaboração de diversos orçamentos do TJSE.

Dessa forma, **indaga sobre a possibilidade de adoção dos preços e serviços do ORSE, com a substituição do valor dos encargos sociais praticados pelo ORSE pelo valor dos encargos sociais praticados pelo SINAPI**, porquanto esse sistema utiliza um percentual menor de encargos sociais e os preços dos insumos (que não apresentam diferenças consideráveis nos valores) não necessitem de substituição, o que agilizaria a elaboração dos orçamentos.

Instada a manifestar-se, a Secretaria de Controle Interno- SCI informa que, de acordo com previsão existente na Resolução nº 114 do Conselho Nacional de Justiça e na Lei 12.017/2010 (LDO), há a possibilidade de utilização subsidiária de outros sistemas além do SINAPI.

Acrescenta que as determinações da referida Resolução e da LDO devem ser observadas para utilização de custos unitários de insumos do SINAPI e, quanto à composição de encargos sociais e BDI- Benefícios e Despesas Indiretas, inexistente obrigatoriedade de adoção desse sistema.

Apresenta várias tabelas comparativas contendo encargos sociais sobre preços da mão-de-obra horista e mensalista, percentuais sociais mensalistas, encargos sociais horistas, estimativa de horas trabalhadas no mês, entre outros.

Assevera que é obrigatório o acompanhamento dos preços de materiais e insumos pesquisados e divulgados pelo SINAPI, além de que outras fontes para a cotação de itens faltantes no sistema da Caixa Econômica Federal- CEF podem ser buscadas.

A respeito dos encargos sociais, afirma que se deve adotar uma planilha para mensalistas composta pelos encargos sociais e faltas abonadas, além de uma tabela de horistas excluindo-se os dias de ausência para se encontrar o custo da hora efetivamente trabalhada.

Aduz que, para obtenção do custo da hora efetivamente trabalhada, deve-se adotar planilha de encargos sociais de horistas com exclusão das ausências e considerar a quantidade de horas trabalhadas. A SCI indica a quantidade de 165 (cento e sessenta e cinco) horas efetivamente trabalhadas no mês.

Por fim, conclui que é preciso dar especial atenção à fixação de BDI máximo a ser praticado nas licitações de obras e serviços de engenharia.

É, em síntese, o relatório.

DECIDO:

A consulta formulada pelo TJSE versa sobre a possibilidade de adoção dos preços e serviços ORSE para compor preços inexistentes no SINAPI.

Devido ao fato de se tratar de procedimento estritamente técnico, adoto as informações do SCI deste Conselho constantes no evento 9, que deverão fazer parte desta decisão, para concluir:

1) Existe a possibilidade de utilização subsidiária de outros sistemas, conforme previsão na Resolução nº 114 do CNJ e na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010:

Resolução 114 CNJ

Art. 9º O custo global de obras e serviços executados pelos órgãos do Poder Judiciário serão obtidos a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais ou menores que a mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal.

§ 1º Os tribunais de Justiça dos Estados poderão utilizar as bases de preços dos respectivos Estados da Federação, bem como aqueles fixados pelos órgãos estaduais responsáveis por obras e serviços de engenharia, quando esses apresentarem valores menores dos que os da Caixa Econômica Federal.

§ 2º Quando da contratação de obras de terraplanagem, pavimentação, drenagem ou obras-de-arte especiais, em áreas que não apresentem interferências urbanas, deverão, preferencialmente, ser utilizadas as tabelas do sistema Sicro do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes- DNIT como parâmetro de custos.

§ 3º Nos casos em que o SINAPI ou o Sicro não oferecerem custos unitários de

insumos ou serviços, ***poderão ser adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal***, incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI.

§ 4º Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pela autoridade competente, poderão os respectivos custos unitários exceder o limite fixado no caput deste artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.

§4º As fontes de consulta devem ser indicadas na memória de cálculo do orçamento que integra a documentação do processo licitatório.

Lei 12.017/2010 –LDO

Art. 112. O custo global de obras e serviços contratados e executados com recursos dos orçamentos da União será obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal, e, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO.

§ 1º Em obras cujo valor total contratado não supere o limite para Tomada de Preços, será admitida variação máxima de 20% (vinte por cento) sobre os custos unitários de que trata o caput deste artigo, por item, desde que o custo global orçado fique abaixo do custo global calculado pela mediana do SINAPI.

§ 2º Nos casos em que o SINAPI e o SICRO não oferecerem custos unitários de insumos ou serviços, poderão ser adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI e do SICRO.

§ 3º Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, poderão os respectivos custos unitários exceder limite fixado no caput e § 1º deste artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.

§ 4º O órgão ou a entidade que aprovar tabela de custos unitários, nos termos do § 2º deste artigo, deverá divulgá-los pela internet e encaminhá-los à Caixa Econômica Federal.

§ 5º Deverá constar do projeto básico a que se refere o art. 6º, inciso IX, da Lei no 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a anotação de responsabilidade técnica e declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias, quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes de referidas planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos do SINAPI, nos termos deste artigo.

§ 6º A diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do SINAPI ou do SICRO não poderá ser reduzida, em favor do contratado, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

§ 7º Serão adotadas na elaboração dos orçamentos de referência os custos constantes das Tabelas SINAPI e SICRO locais e, subsidiariamente, as de maior abrangência.

§ 8º O preço de referência das obras e serviços será aquele resultante da composição do custo unitário direto do SINAPI e do SICRO, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI incidente, que deve estar demonstrado analiticamente na proposta do fornecedor.

§ 9º (VETADO)

§ 10. O disposto neste artigo não obriga o licitante vencedor a adotar custos unitários ofertados pelo licitante vencido.

2) Há obrigatoriedade de se acompanhar os preços de materiais e insumos pesquisados e divulgados pelo SINAPI. Podem-se ainda buscar outras fontes para cotação de itens faltantes no sistema da Caixa Econômica Federal.

3) Quanto aos encargos sociais deve-se adotar uma planilha para mensalistas composta pelos encargos sociais e faltas abonadas. E uma tabela de horistas excluindo-se os dias de ausência para se encontrar o custo da hora efetivamente trabalhada.

4) Para obtenção do custo da hora efetivamente trabalhada deve-se adotar planilha de encargos sociais de horistas com exclusão das ausências e considerar a quantidade de horas trabalhadas. O presente trabalho indica a quantidade de 165 horas efetivamente trabalhadas no mês.

5) Deve-se dar atenção especial à fixação de BDI máximo a ser praticado nas licitações de obras e serviços de engenharia.

Ante o exposto, **respondo afirmativamente à consulta, nos termos acima expostos.**

Brasília, 08 de fevereiro de 2012.

Conselheiro JEFFERSON KRAVCHYCHYN
Relator